

Quase auto-suficiência

Medidas favoráveis ao setor viriam ao encontro das metas do Projeto Fome Zero do próximo governo

ANDRÉ B. BARRETTO

Há qase dois séculos, mais precisamente em 1833, o Brasil exportava £28 mil em farinha de mandioca, £125 mil em tortas de grãos de cereais, £174 mil de açúcar, £183 mil de farelos de grãos e £213 mil em arroz. Embora a cultura ainda se valesse de métodos empíricos, o arroz já apresentava apreciável importância no contexto produtivo do país.

No século seguinte, em 1931, exportamos £263 mil em borracha, £275 mil em cera de carnaúba, £286 mil em madeira, £379 mil em fumo e £789 mil em arroz. A lendária borracha representava exatamente 1/3 das divisas então obtidas exclusivamente com a exportação do arroz!

O curioso é que as exportações, cujos destinos básicos eram Uruguai, Argentina, Chile, Portugal, Inglaterra e Alemanha, eram realizadas como se o produto brasileiro fosse estrangeiro. Além de constituir a base alimentar da população e carrear divisas para o país, substituía vantajosamente grande parcela de produtos estrangeiros como o trigo e a cevada.

A partir de 1927 o Brasil consolidou-se como exportador de arroz, apoiado pela produção de oito de seus estados, até cerca de 1950. Os maiores produtores eram então São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O cultivo de arroz surgiu no Rio Grande do Sul no início do século XIX, com a chegada dos imigrantes alemães. Daí encontrar-se razoável concentração de lavouras em municípios como Alfredo Chaves, Bento Gonçalves, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Palmeira das Missões e outras localidades da região Norte do estado, hoje com cultura orizícola sem grande expressão. Até o início do século XX o Rio Grande do Sul ocupava um lugar muito modesto no rol dos estados produtores. A partir de então, houve incremento da atividade na metade sul do estado, inicialmente nos municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Rio Pardo. Com topografia adequada para irrigação e sementes importadas do Japão e Estados Unidos, teve início uma corrida que, por volta de 1920, superou São Paulo e deu ao Rio Grande do Sul a dianteira que mantém até hoje, tornando-se o centro do mercado produtor, a verdadeira praça arrozeira, tanto pela qualidade quanto pela quantidade do produto, responsável por aproximadamente 55% da produção nacional e cerca de 90% da cultura irrigada, juntamente com o estado de Santa Catarina.

A lavoura revolucionou os hábitos agrícolas da época. Realizaram-se exames de solo para pesquisa do que chamavam "prova de existência no solo" de cal, húmus, acidez, nitrogênio e ferro, e utilizaram fósforo sob a forma de ossos moídos e outras inovações em escala. Foi uma época de grande desenvolvimento para a ciência da irrigação, quando se criaram a Faculdade de Agronomia e embriões de indústrias de maquinário agrícola.

Com a criação do Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga), em 1948, iniciou-se uma pesquisa visando dotar a lavoura de sementes adequadas e adaptadas à região, proporcionando à atividade características empresariais. Surgiu grande oferta de empregos e foram criadas verdadeiras agrovilas no entorno das plantações, gerando uma atividade inspiradora de tal confiança no mercado que se chegavam a emitir as famosas *fichas*, correspondentes a dinheiro vivo, de livre circulação, resgatadas pelos emitentes-empresários ao fim de cada plantio e colheita.

O desenvolvimento da cultura – totalmente irrigada – gerou a implantação de um sólido parque industrial de máquinas, implementos, beneficiamento, grande estrutura de armazenagem e permanente incremento na geração de empregos. Foi uma época de estabilidade, confiança e crescimento.

Hoje, considerando-se apenas o Rio Grande do Sul, o arroz é uma atividade

Com mercado interno estável e crescimento linear, o arroz ainda é o alimento básico mais barato à disposição da população, de elevado valor nutritivo e encontrado em quase todo o território nacional.

que movimenta quantia superior a US$1 bilhão só com a comercialização do equivalente a cerca de 100 milhões de sacos, ou quase 5 milhões de toneladas produzidos anualmente.

Com irrigação em toda a área plantada, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina contam com absoluta segurança de sucesso na atividade desenvolvida, aproveitando a vocação específica e, até agora, exclusiva de suas áreas de várzeas ou terras baixas.

O segundo estado maior produtor de arroz é o Mato Grosso, produzindo o chamado arroz de sequeiro ou de terras altas, cujas variedades atuais, de alta qualidade, são resultado de um longo e competente trabalho desenvolvido pelo Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão (CNPAF – Goiás), da Embrapa, seguido por outros estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

As mesmas áreas onde se planta arroz no Centro-Oeste, Norte e parte do Nordeste, por suas condições climáticas e topográficas favoráveis, podem optar por outras culturas como a soja, milho e algodão, sempre que o mercado lhes ofereça melhores perspectivas.

Em termos de Brasil, a produção atingiu uma média de 10,36 milhões de toneladas nos últimos 10 anos para um consumo de próximas 11,60 milhões de toneladas anuais – um mercado interno estável, com crescimento linear. Arroz ainda é o alimento básico mais barato à disposição da população, de elevado valor nutritivo e encontrado em quase todo o território nacional.

O país ainda não tem assegurada sua auto-suficiência, depende de importações do Mercosul e de terceiros países, em ambos os casos com desnecessário dispêndio de preciosas divisas que poderiam estar sendo utilizadas em outras atividades. A auto-suficiência é uma questão de decisão política e pode ser atingida em aproximadamente duas safras. Compreendemos que o mercado internacional tem duas mãos, mas nos perguntamos por que temos que adquirir aquilo que somos capazes de produzir internamente com igual ou maior competência. O país fica submetido a um dilema: buscar a auto-suficiência e, numa segunda etapa, produzir excedentes exportáveis ou continuar buscando a necessária complementação junto ao Mercosul e em outros países produtores, desperdiçando divisas. A produção mundial de arroz supera os 500 milhões de toneladas/ano e o mercado internacional movimenta não mais de 5% desse total, muito restrito e sensível, multiplicando por três o valor da tonelada a qualquer demanda mais significativa.

Opção política

Tudo indica que o arroz e o feijão serão alimentos básicos no programa governamental Fome Zero, o que consolida a tendência de ampliação de déficit do produto, atualmente em cerca de 1,24 milhão de toneladas anuais. Um novo dilema se apresenta: resolver o problema com produto nacional ou importado? A segunda opção significa alimentar nosso povo com produtos originários do exterior, mais uma vez gerando empregos e renda para terceiros, deixando de dinamizar nossas agroindústrias, a grande maioria com expressivos percentuais de ociosidade. Vamos gerar renda e empregos no país ou ajudar os vizinhos? Restringir o desenvolvimento interno do país para atender às famosas questões de Estado?

Hoje o setor emprega 260 mil pessoas no Rio Grande do Sul, aí incluído todo o processo produtivo e industrial. Sendo o Rio Grande do Sul origem de quase 50% da produção nacional, na falta de estatísticas das demais regiões, podemos admitir que o arroz envolva, nacionalmente, cerca de 520 mil pessoas. Ora, um simples aumento de 20% na produção nacional eliminaria o déficit atual, gerando um superávit de 832 mil t de arroz em casca, suficiente para alimentar mais 12,86 milhões de pessoas à base normal de consumo que é de 44 kg/hab./ano de arroz beneficiado, além de gerar 110 mil novos empregos.

O que é preciso para que esse objetivo seja atingido? O capital humano é relativamente qualificado por cursos e treinamentos constantes, a estrutura física está implantada há mais de um século e o clima é geralmente favorável, além do parque industrial moderno. Opção política é a resposta!

Os dois tipos de atividade que encontramos no setor produtivo orizícola são a agricultura orizícola familiar e a empresarial. A primeira, quando não integrada, cooperativada ou diretamente subordinada a órgão de assistência técnica, é extremamente carente de qualificação profissional; utiliza baixo nível tecnológico, apegada ao tradicionalismo, e ainda desperta pouco interesse dos agentes financeiros em repassar recursos financeiros; não tem escala de produção e comercializa seus excedentes com relativa dificuldade, a preços nem sempre iguais aos do mercado.

Felizes e gratificantes exceções são os produtores que se dedicam principalmente à produção de sementes de alta qualidade – os chamados cooperantes –, minifundiários eficientes, com elevadíssima produtividade, a nos mostrar que a orizicultura é viável na pequena propriedade desde que conte com amparo tecnológico, disposição e condições para assimilá-lo e aplicá-lo, e acompanhamento do sindicato ou cooperativa, além de comercialização assegurada para seu produto em escala ou nicho de mercado.

A agricultura orizícola empresarial tem tido evolução bastante significativa relativamente ao aperfeiçoamento dos padrões gerenciais, de controle e tecnológicos. O tempo de amadorismo está obviamente superado e os negócios são geridos com características empresariais. Há uma preocupação constante com o aperfeiçoamento de funcionários e administradores, participação em cursos patrocinados por cooperativas e sindicatos. Com a maior parte do

A orizicultura é viável na pequena propriedade desde que conte com amparo tecnológico, disposição e condições para assimilá-lo e aplicá-lo, e acompanhamento do sindicato ou cooperativa, além de comercialização assegurada para seu produto.

endividamento bancário já equacionada, a adoção de sistemas de comercialização modernos e transparentes com utilização da bolsa, reforçados pelos tradicionais títulos de crédito rural, como as duplicatas e notas promissórias rurais, não só o arroz, mas todo o sistema produtivo seria beneficiado. Poucas providências seriam necessárias, como implantação do seguro agrícola e retorno da adoção dos frutos pendentes como garantia dos financiamentos.

A concorrência não permite ineficiência.

A necessidade de combater perdas e desperdício, desde a lavoura até o armazenamento, além da busca de melhor aproveitamento dos subprodutos nas indústrias de pequeno porte estão cada vez mais presentes no setor.

No Rio Grande do Sul o setor agroindustrial é composto por cooperativas e indústrias de capital, ambas com representantes qüinquagenários, usuárias de processos industriais modernos, boas práticas de produção, muitas portadoras de graduação ISO, com ampla diversificação de produtos, além de logística de distribuição eficiente para todo o território nacional. Nos demais estados, embora o sistema cooperativo esteja representado, a predominância é de indústrias de capital. O estado de São Paulo detém indústria beneficiadora moderna e de alta eficiência, com grande capacidade. O Mato Grosso está trilhando o mesmo caminho e deve transformar-se, em breve, em grande centro industrial. A capacidade estática de armazenamento de arroz no estado do Rio Grande do Sul, com predominância cooperativa, é de 5 milhões de toneladas, capaz de suportar volume bem superior – após a colheita, cerca de 20% do produto destinam-se a outros estados da Federação, ainda em casca, apenas seco e com o mínimo de impurezas.

O alto padrão de qualidade do arroz gaúcho é admitido em todo o país, mas ainda pode ser aprimorado. Até bem pouco tempo, a pesquisa se preocupava em produzir variedades predominantemente resistentes a doenças e com alta produtividade. Hoje se acrescentou a *meta qualidade para o mercado.*

O atual padrão de classificação e padronização de arroz data de 1988 e o Ministério da Agricultura, ouvida toda a cadeia produtiva, está providenciando sua modernização, aproximando-a dos padrões internacionais. De 1988 até os tempos atuais, foi espantosa a evolução verificada na qualidade do produto, tanto irrigado quanto de sequeiro, não se justificando a permanência de uma legislação de parâmetros muito amplos, frouxos, absolutamente incompatíveis com a qualidade de produto que o mercado exige e há muito já produzimos.

Como todos os setores produtivos do Brasil, a agricultura é vítima da voracidade fiscal, com uma carga tributária injusta, insuportável, desigual, castradora do desenvolvimento e estimuladora da sonegação. Sobre o arroz, alimento básico da população, incidem 32,2% de tributos! Tributar a cesta básica é imoral. A tributação abusiva é mãe de muitos males. Seu excesso gera sonegação, que favorece o infrator e prejudica a concorrência; sua desigualdade ocasiona guerra fiscal e evasão de indústrias. Um país não pode conviver com 27 estados legislando sobre impostos interestaduais. O conceito do ICMS interestadual é um absurdo. Similar efeito ocorre com a legislação trabalhista vigente: muito direito assegurado ao empregado corresponde à redução do emprego formal.

O Brasil precisa sair desse círculo vicioso, reduzindo tributos, ampliando a base de arrecadação, evitando evasão, eliminando capacidade ociosa em suas indústrias, gerando emprego, renda, adotando uma política de pleno emprego com legislação moderna.

Temos que continuar insistindo para que os EUA e a UE suspendam os subsídios dados a seus produtores e eliminem as barreiras criadas à entrada de determinados produtos de origem brasileira, como açúcar, suco de laranja, fumo, carnes bovina, de frango e suína além de outros, de modo a permitir uma concorrência leal. Podemos e devemos estabelecer tarifas compensatórias e barreiras sanitárias, para proteger nossa produção, mas temos que fazer a nossa parte eliminando as monstruosas barreiras internas criadas por nós mesmos – a tributação excessiva e problemas nas áreas de infra-estrutura e políticas públicas, o decantado custo Brasil, que faz com que o valor do transporte de um contêiner, nas costas de um caminhão, realizando um percurso médio dentro do território brasileiro, custe mais caro que o mesmo volume transportado entre dois distantes pontos do mundo por via marítima. Tais fatores eliminam nossa competitividade em diversos outros produtos, mesmo os não protegidos pelos importadores.

Prioridade para a reforma política

Ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva desejamos todo o sucesso e oferecemos nossa disposição de ajudar onde for preciso e no que formos capazes.

Já vai longe o momento ideal para realizar as indispensáveis e fundamentais reformas tributária, fiscal, previdenciária e trabalhista. Entretanto, pouco se fala numa das mais importantes: a reforma política. O Chile teve sucesso em suas reformas de cunho econômico porque fez *antes* uma reforma política.

Aqui no Brasil, sem uma radical e prévia reforma política, fica difícil acreditar nas demais. Como o deputado Enéas e seus seguidores votarão nas reformas? E aqueles deputados e senadores que renunciaram aos mandatos para não serem cassados por improbidade ou falta de decoro e foram reconduzidos?

Com o fisiologismo de muitos de nossos congressistas e a inexistência de definição, coerência e fidelidade partidária, fica difícil acreditar que qualquer

reforma seja aprovada de modo a atender realmente aos interesses do país.

Acreditamos que nação feliz é nação rica e em paz, constituída de povo produtivo como o nosso, mas com segurança, alimentação, saúde e trabalho assegurados, um Estado co-gestor com a sociedade e não meramente arrecadador, patrocinador de desperdícios e privilégios. É difícil aceitar a existência de um país com um déficit de R$70 bilhões anuais, só na Previdência! Esse é apenas o resultado de um dos privilégios inaceitáveis. Imaginemos 10% desse valor anualmente acrescidos ao que já é aplicado na produção de alimentos. Há que acabar com injustas isenções de impostos, tornar a distribuição dos recursos mais eqüitativa, ampliar a base de arrecadação, enfim, tudo o que já se discute há décadas e permanece sem solução.

Temos uma enorme dívida interna e externa, mas não adotamos qualquer providência para sanar os fatos geradores.

Acreditamos que, simplesmente obstruindo os ralos por onde escoam os bilhões arrecadados da população, o governo pode deixar de buscar recursos emprestados a qualquer custo; reduzir a ciranda financeira; que vai sobrar muito dinheiro nos bancos para ser aplicado na produção, que gerará muita riqueza, milhões e milhões de empregos e muito mais impostos que, como todos estarão pagando, poderão ser menores e bem aplicados gerarão nova riqueza, que reduzirá a pobreza e fará a felicidade deste país!

No papel, a equação é banal. Falta alguém montá-la e resolvê-la. Mas nossa expectativa é de que simplesmente tudo isso aconteça. Presidente, a bola é sua.

André B. Barreto *é diretor presidente da Fearroz.*
barretto@via-rs.net

AVICULTURA

Tempo de equilíbrio

As perspectivas para o setor mostram custos pressionados no ano que vem

IVAN PUPO LAUANDOS

O período que sucede a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não demonstra sinais de ruptura radical com o passado recente e, em alguns aspectos, até surpreende em termos de pronunciamentos, equilibrados e moderados. Isso leva a crer no empenho pela manutenção da estabilidade econômica, sem mudanças bruscas em seus mecanismos de controle. O presidente eleito revela maturidade para os desafios que terá de superar, diante dos anseios e desejos dos eleitores. As demandas existentes jamais serão atendidas em curto prazo.

1. Brasil: avicultura de corte – alojamento

Matrizes – média mensal – em mil fêmeas

Semestre	2001 (a)	2002 (b)*	(a)/(b) %
Primeiro	2.252,8	2.487,0	10,4
Segundo	2.513,3	2.586,3	2,9

Pintos de corte – média mensal – em milhões de pintos

Semestre	2002 (a)*	2003 (b)**	(a)/(b) %
Primeiro	310,4	329,4	6,1
Segundo	321,2	327,4	1,9

*Previsão
**Potencial

2. Brasil: avicultura de corte – projeções 2003

	2002	2003	2003 (em %)
Prod. carne de frango (mil t)	7.320,0	7.650,0	4,5
Disp. interna (mil t)	5.800,0	6.100,0	5,1
Exportação (mil t)	1.520,0	1.600,0	5,2
Aloj. matrizes (fêmeas/mil)	30.440,5	31.300,0	2,8
Aloj. pintos (milhões)	3.789,7	3.960,0	4,5
Consumo *per capita* (kg/hab.)	33,1	34,0	2,7

Fonte: Agroceres Ross.



A tomar por base um cenário de manutenção dos níveis de superávit fiscal, crescimento da balança comercial e queda moderada no valor do dólar, junto com um pequeno crescimento do PIB, podem ser estabelecidas algumas perspectivas para a avicultura de corte em 2003.

Do lado da produção, já existe um fato real a ser considerado em conseqüência da quantidade de matrizes alojadas durante 2002, que cresceram quase 6,5% e proporcionam alto potencial à capacidade produtiva de pintos de corte.

Do lado dos custos, as notícias não agradam nem um pouco ao setor: as expectativas são de que se mantenham pressionados ao longo de 2003. O ponto crítico consiste no dispêndio para arraçoamento dos plantéis; há um déficit na oferta interna de milho e os preços do farelo de soja são formados com base nas cotações das bolsas internacionais. O milho continuará escasso e caro. O resultado pode ser uma queda do peso médio do frango abatido ou mesmo redução do número potencial de aves abatidas por falta de produto. A atuação do novo governo será decisiva no sentido de viabilizar a importação de milho e estimular a aquisição interna durante a safra, para evitar o crescimento das exportações.

A atuação do novo governo será decisiva no sentido de viabilizar a importação de milho e estimular a aquisição interna durante a safra, para evitar o crescimento das exportações

Exportações crescem menos

As exportações de carne de frango devem apresentar menor crescimento em 2003, pois não há espaço para grande aumento no volume dos embarques. Uma expansão em torno de 5% parece um incremento razoável – uma elevação de 1.520 mil para 1.600 mil toneladas. O Brasil elevou significativamente sua participação no mercado internacional nos últimos dois anos e terá de conviver com as reações protecionistas de outros mercados, como os Estados Unidos e a União Européia.

No mercado interno, a oferta de frango crescerá e fatalmente não dará fôlego aos preços. Deve haver um período de ajuste do volume da produção à demanda, de acordo com o escoamento de mercadorias para o exterior. O poder de compra da massa assalariada brasileira não deve aumentar e há o risco de que continue caindo em termos reais. Todos os segmentos da cadeia produtiva sofrerão os efeitos dessa situação. Um ano de tensão para o agronegócio avícola, para o qual o quadro conjuntural difere da crise de 2000, quando houve superoferta de carne de frango.

Ivan Pupo Lauandos *é diretor superintendente da Agroceres Ross.*
ivan@agroceres.com.br